



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
09.05.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

- [\*\*CATÁSTROFES ANUNCIADAS OU ALARMISMO? – O Popular\*\*](#)
- [\*\*QUANTO CUSTA A INJUSTIÇA? – O Popular\*\*](#)
- [\*\*FALTA PREPARO PARA LIDAR COM DESASTRES NO PAÍS – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*LULA AINDA TERÁ TRABALHO DURO PARA RECUPERAR POPULARIDADE – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*USO DE DADOS E APOIO DA SOCIEDADE CIVIL FAVORECEM SEGURANÇA PÚBLICA – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESCOLAR – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*GOVERNO LULA ENFRENTA TESTE DE FOGO NO CONGRESSO COM ANÁLISE DE VETOS – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*CÁLCULO POLÍTICO SOBRE DERRUBADA DE VETO OPÔS LEWANDOWSKI A MINISTROS DE LULA – Folha de São Paulo\*\*](#)
- [\*\*OAB ENTRA NA JUSTIÇA PARA GARANTIR DIREITO AO ABORTO LEGAL – O Hoje\*\*](#)
- [\*\*NAS ENTRELINHAS: SOLIDARIEDADE MELHORA AVALIAÇÃO DE LULA NO SUL – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*COM COPOM DIVIDIDO, SELIC VAI A 10,5% – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*SE NÃO QUER AJUDAR, NÃO ATRAPALHE – Correio Braziliense\*\*](#)
- [\*\*STF TEM PLACAR DE 5 X 2 PARA DECLARAR A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DAS ESTATAIS – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*TIM CELULAR PERDE DISPUTA BILIONÁRIA SOBRE ÁGIO NA CÂMARA SUPERIOR DO CARF – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*DESTAQUE – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*TST SUSPENDE AÇÕES SOBRE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*AS VANTAGENS DE UM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO NOS EUA – Valor Econômico\*\*](#)
- [\*\*DICAS DO DIA – SEBIB\*\*](#)

## Catástrofes anunciadas ou alarmismo?

*Luciane Martins de Araújo*



As notícias sobre a enchente no Rio Grande do Sul são chocantes ao mostrar o volume e intensidade das chuvas, a força das águas que tem arrasado todo o estado. Assistimos, chocados, a perda de dezenas de vidas, milhares de pessoas que ficaram desabrigadas, a produção comprometida, o abastecimento e também a economia daquele estado e do país sentindo seus trágicos efeitos. Um cenário de guerra e apocalíptico, onde a reconstrução exigirá muitos bilhões de reais.

Das várias causas meteorológicas desses eventos climáticos, destaque-se o aumento da temperatura dos oceanos, que por sua vez, aumenta a umidade e favorece o surgimento de chuvas intensas. No centro do país há também outro fenômeno em curso: uma forte onda de calor que está bloqueando a dissipação dessa chuva para outras regiões, mantendo toda umidade parada apenas na região sul.

Ora, se dermos uma olhada nos últimos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, conhecido como IPCC, que congrega cientistas do clima do mundo inteiro, podemos notar que há décadas eles alertam sobre esses extremos climáticos. O aumento da temperatura média global do planeta tem provocado esses fenômenos de calor, frio, chuvas e secas intensas, dentre outros, afetando a vida, a economia, a segurança alimentar.

Nos cenários apresentados pelos cientistas percebe-se justamente uma tendência do aumento do volume de chuva na região sul do Brasil e uma redução das chuvas na região central. Assim, infelizmente, os cenários científicos têm sido comprovados à custa de perdas humanas, muito sofrimento e prejuízos. Precisamos adotar medidas para evitar essas tragédias anunciadas.

Elas vão desde a redução de emissão de gases de efeito estufa, que causa o aquecimento global, presente nos combustíveis fósseis (principal causa do aumento da temperatura global), desmatamento e queimada (esse é o fator de maior emissão de gases do efeito estufa no Brasil). Na nossa região, cuja previsão científica é da redução no volume de chuvas, já podemos percebê-la. As chuvas constantes já não existem e, ao invés disso, tempestades com grandes volumes em curto espaço de tempo.

Isso tudo provoca a redução da disponibilidade hídrica em nossos mananciais. Recente estudo publicado pela UNB dá conta que o nosso principal rio, o Rio Araguaia, perdeu somente nos últimos 40 anos, 40% em média da vazão e também entre 40 a 67% da superfície de água. Esse mesmo estudo pode ser replicado para todos os nossos cursos d'água, que reduziram seu volume a olhos vistos.

Nossos rios estão morrendo...Como poderemos enfrentar secas mais intensas e continuar com a nossa produtividade? A ciência precisa ser ouvida para que possamos evitar ou reduzir essas tragédias anunciadas. É preciso que, em todos os níveis da federação haja planos e ações visando a adaptação à essa realidade e também que visem realmente reduzir as causas da elevação da temperatura (para nós, especificamente,

reduzir desmatamento e queimadas). Os alertas foram dados, vidas estão sendo perdidas e não há economia que vá resistir se algo concreto não for feito.

## Quanto custa a injustiça?

*Rodrigo Godoi Rincon*

Em 2018, vivia um período desafiador. Trabalhava em uma assessoria de M&A e assessorávamos uma das maiores petroleiras do mundo em seu primeiro investimento no Brasil. Jovem, me estabelecendo no mercado, trabalhava à exaustão para me consolidar na carreira.

No 28 de setembro de 2018, este projeto foi subitamente interrompido. Fui acordado pela Polícia Federal no apartamento que morava em São Paulo. Para minha absoluta surpresa eu era alvo de mandado de prisão no âmbito da operação Cash Delivery, que investigava o ex-governador de Goiás, Marconi Perillo, e o ex-presidente da Agetop, Jayme Rincon, meu pai. Sabia que meu pai era um dos principais auxiliares do governo Marconi, só que desde 2010 morava em Campinas, aonde cursava Engenharia Civil na Unicamp e nunca tive qualquer envolvimento com campanhas eleitorais ou governos.



Cheguei na sede da Polícia Federal em São Paulo e fui encaminhado à carceragem. Levaram meu celular, meu computador, devassaram minha casa. Passei 5 dias preso, que pareceram meses. Vasculharam tudo. Quebraram todos nossos sigilos. Nada, absolutamente nada, foi encontrado. Mas, para nossa perplexidade, o juiz, um jovem em início de carreira e, no auge dos holofotes da Lava Jato, prorrogou minha prisão a pedido do MPF, ao argumento de que, mesmo que nada me associasse aos fatos, meu celular precisava ser periciado com mais profundidade, pois lá poderiam haver elementos que pudessem justificar minha prisão. Só que a extensão da prisão foi imediatamente revogada, dada a sua arbitrariedade e total falta de embasamento legal.

Saí de lá com a certeza de que minha carreira havia acabado. Achava que meus chefes sequer me atenderiam. Para minha surpresa, eles haviam contratado um escritório de advocacia independente para analisar o caso e a conclusão foi de que nada justificava eu ter sido alvo daquele inquérito. Meu emprego estava salvo e ficou claro que o meu envolvimento era um “malabarismo jurídico” criado pelo MPF para constranger e chantagear meu pai.

Começou aí uma nova batalha. Os questionamentos de clientes e do mercado vieram como uma avalanche. Precisei me explicar para bancos, corretoras e escritórios de advocacia. Foi um período de sobrevivência e achei que não conseguiria seguir adiante. Deitava todas as noites desejando não acordar. Apesar de tudo, me orgulho de não ter deixado de trabalhar um único dia. Passado um ano, o MPF apresentou a denúncia e, conforme previsto, eu não era um dos denunciados. Só que aí o dano causado já era irreparável.

Hoje, consigo comprovar que tudo não passou de uma armação, mas isso não impede que pessoas do mercado vejam as notícias da época como um risco de imagem. Infelizmente, essas notícias continuam

disponíveis na internet, e até hoje nenhuma linha foi escrita sobre a minha inocência, mesmo documentalmente comprovada. Consegui me restabelecer profissionalmente e, recentemente, realizei o sonho de fundar minha própria gestora. Sou realizado e amo meu trabalho. Em paralelo, me envolvi na luta contra a desigualdade racial, causa que sempre me moveu. Mentoro jovens negros através do 'Black Finance', ajudando aqueles que sonham em entrar no mercado financeiro.

Na última semana, o último inquérito da 'Cash Delivery' foi arquivado, e, mesmo não sendo parte, fica a sensação de que esse pesadelo pode finalmente ter chegado ao fim, que a justiça foi feita e que a vida seguirá. Mas já aceitei que carregarei essa cicatriz para sempre. Não existe dinheiro algum no mundo que possa reparar o prejuízo profissional, a injustiça, a humilhação, a dor, o sofrimento e as noites em claro. Aí fica a pergunta, quanto vale uma injustiça? Afinal, nas palavras de Ruy Barbosa, "a justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada".

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.05.2024 – PÁG. A2**

### **Falta preparo para lidar com desastres no país**

Enfrentamento eficiente de calamidades como a que atinge o RS precisa entrar para rotina do poder público e da sociedade



Dos debates despertados pela catástrofe das chuvas no Rio Grande do Sul, o sobre como liberar verba pública emergencial preocupa menos. Há longa tradição nos regimes orçamentários governamentais para facilitar, muitas vezes sem o devido controle, despesas urgentes e inesperadas. O que deveria mobilizar as atenções é a falta de preparo e organização do poder público e da sociedade para salvar vidas e mitigar os estragos materiais nesses episódios frequentes no Brasil.

Não seria preciso mudança climática nem variações cíclicas na temperatura das águas do oceano Pacífico para declarar o Sul do país como uma área de risco de inundações e deslizamentos. A história natural do planeta escavou ali uma gigantesca calha de escoamento hídrico exposta a tempestades. Sobretudo Rio Grande do Sul e Santa Catarina deveriam ter o mesmo nível de organização para lidar com dilúvios que Japão, Chile e Califórnia desenvolveram em relação aos riscos de sismos e maremotos.

Regras de ocupação do solo e métodos construtivos, sistemas de alerta e evacuação, simulações periódicas das reações a desastres, protocolos que centralizam, disponibilizam e disparam informações, núcleos de gestão que estabelecem prioridades e coordenam as diversas burocracias envolvidas. Pouco disso transparece na resposta das autoridades municipais, estaduais e federais à elevação das águas no Rio Grande do Sul, o

que não é problema apenas gaúcho. O imprevisto, o excesso de confiança no voluntarismo e a falta de informações tempestivas caracterizam a reação a desastres no país.

O objetivo nas primeiras horas após uma catástrofe é reduzir danos, evitar mortes e internações, abrigar desalojados e preservar a infraestrutura de abastecimento de bens e serviços essenciais. Para cumprir bem essa tarefa, é preciso organização. Os recursos físicos e os humanos devem chegar no volume adequado aos locais mais necessitados no menor tempo possível. A informação tem de ser precisa e circular depressa. Trata-se de uma operação análoga à de uma guerra, e quem vai despreparado para uma guerra no mínimo terá mais perdas do que teria caso houvesse se precavido.

É preciso melhorar rapidamente a efetividade das ações no Rio Grande do Sul, pois é provável que outros temporais e ondas de frio se abatam sobre regiões gaúchas. A lição que fica, para o estado e o país, é que não é mais tolerável que autoridades e sociedade esperem os desastres acontecerem para tomar medidas óbvias de planejamento e cautela para situações emergenciais. Pois é certo como o nascer do Sol que elas voltarão a ocorrer em breve.

### **Lula ainda terá trabalho duro para recuperar popularidade**

Governo vê sinais de queda estancada, mas tem pontos de atenção pela frente

*Bruno Boghossian*

O governo mal conseguiu um diagnóstico completo sobre a queda da popularidade de Lula, mas agora ensaia um suspiro de alívio. Três pesquisas divulgadas nos últimos dias confirmam que a avaliação piorou mesmo. Sugerem também que a queda pode ter sido estancada.

Os dados indicam a consolidação de um quadro cada vez mais comum em levantamentos sobre popularidade presidencial, com um eleitorado dividido em três partes iguais. A pesquisa Quaest desta quarta (8) mostrou que 33% consideram o governo ótimo ou bom, 31% dizem que ele é regular e 33% classificam a gestão como ruim ou péssima. Em agosto de 2023, a avaliação positiva de Lula estava em 42%, e a negativa era de 24%. As linhas se aproximaram ao longo dos meses, se tocaram em fevereiro e permaneceram praticamente estáveis desde então.



O mais urgente para o governo era evitar que o derretimento se prolongasse. Aí estão os primeiros indícios de que isso ocorreu, ainda que alguns pontos mostrem que o cenário para a recuperação da popularidade de Lula não será tão simples. A Quaest contou mais eleitores dizendo que o país está no caminho errado (49%) do que no caminho certo (41%). Além disso, chegou a 63% o percentual de entrevistados que dizem que Lula "não tem conseguido" fazer o que prometeu. São questões importantes porque indicam um desânimo que pode estar presente até para quem votou no petista.

A pesquisa também reforçou uma percepção generalizada de alta nos preços dos combustíveis, dos alimentos e da energia. Significa que, apesar do aumento do emprego, o trabalhador sente um peso na hora de fazer compras e pagar contas.

Um terceiro ponto indica uma quantidade grande de entrevistados estacionados na faixa de avaliação regular. Este grupo inclui eleitores da oposição, uma oportunidade para pescar aqueles que não consideram o governo ruim. Por outro lado, também estão ali eleitores de Lula que ainda não veem resultados suficientes para uma avaliação positiva.

### Uso de dados e apoio da sociedade civil favorecem segurança pública

Temos poucas ações estratégicas em segurança ancoradas em evidências científicas

*Joana Monteiro / Ramón Chaves*



Nas últimas décadas, o crescimento do crime organizado violento se tornou um dos principais desafios para o desenvolvimento de países latino-americanos. Atualmente, inúmeras cidades brasileiras estão submetidas à presença de grupos armados que dominam territórios, exploram negócios lícitos e ilícitos, achacam populações e influenciam a vida cotidiana e os processos eleitorais.

Nossas instituições não estão preparadas para responder a esse desafio. Embora exista uma estrutura de repressão ao crime, sua operação é errática e centrada em indivíduos. Há poucas intervenções dedicadas a compreender e desarticular o modo de atuação desses grupos, as redes de proteção a que eles recorrem e os mercados criminais que exploram. Além da ineficiência administrativa brasileira, parte dos agentes estatais mantém vínculos com organizações criminosas em diversos níveis e formas, o que fragiliza os atores competentes e reduz o alcance das boas iniciativas.

Transformar essa realidade não é tarefa fácil, pois as respostas ao problema não estão dadas a priori. Mas há duas linhas de ação, ainda pouco exploradas no Brasil, que devem ser perseguidas. A primeira delas é utilizar a ciência de dados como um instrumento para aumentar o foco e a efetividade na segurança pública, especialmente para identificar padrões na atividade criminal, qualificar as ações investigativas, promover a integração entre bancos de dados e criar indicadores para gestão por resultado das instituições de segurança pública e de justiça criminal.

A segunda linha de ação consiste em canalizar o apoio da sociedade civil e da comunidade empresarial a gestores públicos interessados na concepção e implementação de estruturas inovadoras e resolutivas. Em geral, a capacidade de gestores públicos para efetuar mudanças é limitada pela duração da janela política dos

cargos que ocupam. Por isso é essencial apoiá-los não só no desenho das transformações institucionais mas na avaliação, consolidação e disseminação dos avanços realizados.

Por meio de um processo iterativo de concepção e teste de intervenções viáveis e escaláveis, é possível identificar formas incrementais de reduzir problemas sociais complexos e fortalecer nosso sistema institucional. Mais do que nunca, é importante traduzir a centralidade que a segurança conquistou na opinião pública em ações estratégicas, ancoradas em dados e evidências científicas. A rigor, pouquíssimas ações dessa natureza já foram desenhadas e implementadas no Brasil, o que é fonte de preocupação, mas também de oportunidades. Há muito espaço para melhora.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.05.2024 – PÁG. A3**

### **Algumas reflexões sobre o racismo escolar**

Não parece justo que a vítima seja obrigada a conviver com tal lembrança viva

*Pierpaolo Cruz Bottini*

Em sua coluna nesta Folha, Hélio Schwartzman, a quem muito admiro, criticou a ideia de expulsar alunas de um colégio de elite por racismo ("Vontade de punir", 3/5). Argumentou que o cérebro em desenvolvimento dos adolescentes não tem condições plenas de controlar sua impulsividade, e a expulsão seria inadequada, sendo preferível usar o episódio como oportunidade de crescimento. Aproveitou para atacar os progressistas que defenderam a medida pelo humanismo de ocasião.

Como representante de tais progressistas, quero discordar do articulista, que erra na premissa e na conclusão. Comungo de sua perplexidade com a contradição de alguns discursos de esquerda, que defendem leis criminais mais brandas e, ao mesmo tempo, usam e abusam de propostas de aumento de pena quando se trata de ataques a certos grupos ou categorias.

Mas, com todo o respeito, a expulsão não tem relação com direito penal. É medida drástica, mas nem de longe tem o caráter aflitivo da prisão ou da restrição a direitos fundamentais que caracterizam a pena ou as medidas socioeducativas. As alunas não serão privadas de educação, do convívio escolar ou do direito de ir e vir. Apenas deverão exercê-los em outro lugar.

Acreditar que atos de racismo são apenas oportunidades de aprendizado é desconhecer a dor profunda que cada agressão dessa natureza causa na criança. O dano material e as injúrias são só a parte visível de um calvário cotidiano sofrido por esses alunos, composto de agressões expressas e veladas, ameaças, exclusões, apelidos, piadas e ironias que violam profundamente sua dignidade. A agressão deixa de ser uma brincadeira



de criança quando se dirige a vulneráveis, pertencentes a grupos que, seja pela cor ou religião, tem um histórico de perseguições.

Caro Hélio, vivemos em um país dito cordial, que esconde o racismo em sorrisos e abraços, mas que o aplica em seleções de emprego, nomeações para tribunais, contratações de serviços. A sensibilidade das crianças negras às expressões usadas no episódio é muito mais profunda do que você e eu podemos imaginar. Não se trata de demonizar as adolescentes, que estão em processo de formação e terão oportunidade de aprender com o erro e evitar sua repetição. As alunas podem participar de um processo de restauração, expressar suas emoções, compreender o significado de seus atos e até ser desculpadas, mas em escolas distintas. Não parece justo que a vítima seja obrigada a conviver com a lembrança viva de um acontecimento que fez explodir em violência um racismo latente.

Rodas de conversa e a manutenção do convívio escolar repararão apenas a triste paz com a qual nos acostumamos, onde a opressão bem disfarçada é tolerada com resignação. E mesmo quando o esforço de dissimulação cai por terra em manifestações de ódio e violência, as desculpas são aceitas, em prol de uma comunhão pelo aprendizado. O aperto de mãos e os tapas nas costas podem limpar a superfície aparente, mas não removem a sujeira que grassa pelas frestas de nossa lamentável ordem social.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.05.2024 – PÁG. A4**

### **Governo Lula enfrenta teste de fogo no Congresso com análise de vetos**

Gestão petista busca reduzir danos e priorizar temas diante da possibilidade de derrotas em série

*Victoria Azevedo / Thaísa Oliveira / Julia Chaib*

Após uma série de adiamentos, os parlamentares se reúnem nesta quinta-feira (9) na primeira sessão do Congresso Nacional deste ano para deliberar sobre uma dezena de vetos presidenciais que se arrastam desde o governo Jair Bolsonaro (PL). Às vésperas da votação, deputados federais e senadores reclamavam de falta de acordo e previam uma série de derrotas ao governo Lula (PT).

A sessão será um teste para medir a força do governo petista no Congresso num momento em que há queixas sobre a articulação política do Executivo no Legislativo (com cobranças do próprio Lula para que seus



ministros intensifiquem o diálogo com os parlamentares), além de ruídos entre as cúpulas das duas Casas. A pauta desta quinta prevê a análise de vetos em mais de 30 matérias, incluindo projetos ligados à questão orçamentária, além da flexibilização do registro de agrotóxicos e da lei que acaba com as saídas temporárias de presos.

Há também vetos do governo Bolsonaro na pauta —por exemplo, sobre despacho gratuito de bagagem e a Lei de Segurança Nacional. Parlamentares acusam o governo de



## CLIPPING

DATA  
09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
9 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

não cumprir acordos. Um dos exemplos expostos nesta quarta-feira (8) foi sobre a Lei Geral do Esporte, alvo de quase 400 vetos de Lula. O líder do PL, senador Carlos Portinho (RJ), diz que havia conversado sobre os vetos com o próprio ministro do Esporte, André Fufuca (PP), mas que, depois, recebeu informação diferente do governo.

A principal crítica se dá pela cobrança para o Executivo liberar emendas parlamentares, principal mecanismo pelo qual os deputados e senadores destinam recursos para seus redutos, com ganho de capital político e eleitoral. Em um ano eleitoral, é ainda maior a pressão pela celeridade no pagamento dos recursos. Nesta semana, foram realizadas algumas reuniões entre líderes do governo no Congresso e parlamentares na tentativa de costurar acordos sobre os textos. A falta de encontros anteriores gerou críticas de parlamentares da base e da oposição pela atuação do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Ministros também entraram em campo, como Alexandre Padilha (Secretaria de Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil). Diante de um cenário com dificuldades em firmar acordos, o governo federal estabeleceu três prioridades para a sessão: a manutenção do veto de Lula ao projeto que acaba com as saídas temporárias de presos; a manutenção de veto do cronograma para pagamento de emendas parlamentares; e a recomposição parcial de R\$ 3,6 bilhões do total de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetadas pelo petista no início do ano, em vez do valor integral.

Reservadamente, governistas já reconhecem que o Executivo terá um saldo negativo na sessão, mas atuam para reduzir os danos. Eles dizem que o Congresso é formado em sua maior parte por parlamentares da centro-direita e que temas como segurança pública e agropecuária mobilizam grande parte dos congressistas. Os parlamentares da base aliada de Lula apostam que a recomposição parcial dos valores bilionários das emendas de comissão deverá ocorrer porque é resultado de acordo capitaneado por Rui Costa e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) —considerado um cumpridor de acordos.

Do lado do Senado, a negociação também envolve o presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça do Senado), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), notório operador de emendas. Durante a votação do projeto de lei que recria o seguro de trânsito DPVAT e libera antecipadamente R\$ 15,7 bilhões no Orçamento, Alcolumbre orientou a bancada da União Brasil e expôs as tratativas. O projeto foi aprovado pelo plenário do Senado na quarta por 41 votos a 28.

"Reconhecendo a importância desse ajuste que está sendo feito no arcabouço fiscal para equilibrar as contas do Estado brasileiro e partindo da premissa da construção política das duas Casas, do Senado e da Câmara dos Deputados, em relação à sessão do Congresso Nacional que vai se realizar no dia de amanhã, para cumprir o compromisso com a Câmara dos Deputados, o União Brasil no Senado vota 'sim'", disse. O acordo que vem sendo costurado sobre as emendas prevê que, dos R\$ 3,6 bilhões, um terço (R\$ 1,2 bilhão) será destinado aos senadores e o restante (R\$ 2,4 bilhões) aos deputados. Parte dos parlamentares ainda pressiona pela derrubada total do veto de Lula e pelo retorno do valor total, de R\$ 5,6 bilhões.

Randolfe Rodrigues disse que houve "gritos" da oposição da Câmara, mas que o acordo será mantido: "A informação que temos é que o acordo está pacificado". Até o começo da noite desta quarta, governistas afirmavam estar preocupados sobre outro ponto de atenção, relativo ao cronograma de emendas. O Palácio do Planalto tentava negociar um calendário próprio para a liberação desses recursos, enquanto os

parlamentares exigiam o pagamento integral de todas as emendas individuais até o dia 30 de junho —prazo limite por causa das eleições municipais em outubro.

O Planalto, porém, avalia que pagar as emendas é inviável por falta de espaço fiscal e promete empenhar todas as emendas até essa data. O empenho é a fase que antecede o pagamento, quando o governo se compromete a desembolsar determinado valor. Em outra frente, o governo tenta tirar da pauta da sessão do Congresso desta quinta o veto que trata das saídas de presos, mas sabe que será difícil. Reservadamente, aliados de Lula reconhecem que provavelmente o ato será derrubado.

Segundo líderes da Câmara, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, entrou em contato para pedir apoio à manutenção do veto às saídas. O governo chegou a propor tirar da pauta também o veto de Bolsonaro à Lei de Segurança Nacional, mas se deparou com a resistência de bolsonaristas. O projeto está na pauta do Congresso desde 2021 por falta de consenso.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 09.05.2024 – PÁG. A6**

### **Cálculo político sobre derrubada de veto opôs Lewandowski a ministros de Lula**

Por medo de desgaste do governo em ano eleitoral, Rui Costa e Padilha trabalharam contra recomendação do Ministério da Justiça sobre saídas

*Bruno Boghossian / Julia Chaib*

A provável derrubada do veto de Lula (PT) no projeto das saídas envolveu uma divisão entre ministros fortes do governo. Prevendo uma derrota no Congresso, integrantes do Palácio do Planalto trabalharam, antes da sanção da lei, contra as recomendações feitas ao presidente por Ricardo Lewandowski, do Ministério da Justiça.

A ala liderada pelos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) tentou convencer Lula a sancionar na íntegra o projeto, aprovado pelo Congresso em março, que restringiu as situações em que presos poderiam ser beneficiados pelas chamadas saídas temporárias. O argumento era de que o veto num tema relacionado à segurança pública representaria um desgaste para o governo no Congresso, majoritariamente conservador, e também para a esquerda em ano de eleições municipais.

A posição dos ministros foi exposta em diversas conversas com Lewandowski e com o presidente. Segundo relatos de auxiliares que participaram das discussões, as divergências se prolongaram até o dia 11 de abril, horas antes de Lula sancionar o texto com o veto sugerido pelo ministro da Justiça. Embora as discussões não tenham produzido embates públicos, houve momentos de indisposição entre os ministros durante o episódio.





## CLIPPING

DATA

09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A divergência interna ficou marcada pelo fato de a segurança pública ser uma área considerada sensível pelo governo. Ministros hesitavam entre uma perspectiva pragmática –neste caso, restringindo as prerrogativas dos presos– e uma valorização dos direitos humanos –alinhada a um entendimento tradicional da esquerda. Por recomendação de Lewandowski, Lula vetou o trecho que acabava com as saidinhas para visitas à família. Na versão aprovada pelo Congresso, a prerrogativa só valeria para a realização de cursos. A posição do ministro da Justiça prevaleceu sobre as observações feitas pelos demais ministros.

O presidente sancionou os demais trechos do projeto, incluindo uma restrição que amplia de maneira significativa o rol de presos proibidos de ter acesso às saídas temporárias. Neste caso, Lewandowski e os ministros políticos estavam de acordo. Antes da aprovação da lei, a saidinha era vedada apenas para acusados de crimes hediondos com mortes. A partir do projeto aprovado pelo Congresso e sancionado por Lula, a proibição se estendeu para todos os crimes hediondos, além daqueles praticados com violência ou grave ameaça, mesmo sem morte.

Durante os debates internos, ministros do Planalto defenderam que Lula sancionasse integralmente o projeto, enquanto Lewandowski trabalhou pelo veto parcial, com o apoio do ministro Jorge Messias (Advocacia-Geral da União). Já Sílvio Almeida (Direitos Humanos) defendeu o veto integral ao projeto. A expectativa é que o veto de Lula seja analisado nesta quinta-feira (9) durante sessão do Congresso. O Planalto dá como certa uma derrota nessa votação, o que faria com que a lei fosse restabelecida assim como foi aprovada pelos parlamentares.

Ao longo das discussões, uma das razões do descontentamento do grupo político foi o fato de o Ministério da Justiça não ter trabalhado contra a aprovação da proposta quando ela ainda estava em tramitação no Congresso. Naquele momento, a atuação do governo teria um custo menor do que agora, para absorver a derrubada de um veto. A equipe de Lewandowski, por sua vez, afirma que a ala política também não tomou posição firme durante as votações e aponta que o ministro tomou posse no dia 1º de fevereiro, 19 dias antes da aprovação do projeto no Senado.

A divisão entre os ministros ficou evidente às vésperas do fim do prazo de sanção do projeto, em 11 de abril. Dois dias antes, Lula chamou Lewandowski e outros auxiliares ao gabinete presidencial. Naquela reunião, o ministro da Justiça levou a Lula um parecer da consultoria jurídica da pasta a favor do veto ao trecho que restringia as saídas. Padilha, por outro lado, ponderou o risco de derrubada posterior pelo Congresso e sugeriu ao presidente a sanção da proposta. A intenção era evitar conflitos com o Congresso, que havia aprovado o texto, e conter desgastes.

Lewandowski contra-argumentou e disse que a restrição às saidinhas significaria o endurecimento de um direito implantado na ditadura militar. Afirmou ainda que o governo tinha o dever de garantir aos presos o direito de visita à família. A oposição dos ministros do Planalto continuou na tarde seguinte. Durante um almoço com Lewandowski e líderes partidários, Padilha repetiu os argumentos a favor da sanção do projeto, como aprovado pelo Congresso. A maior parte dos parlamentares concordou com o posicionamento do articulador de Lula, o que reforçou a divisão entre o grupo político e o ministro da Justiça. Lewandowski, porém, insistiu nos argumentos a favor do veto.

Horas mais tarde, Lula o chamou para uma nova conversa em seu gabinete, com o objetivo de solucionar a disputa. O presidente informou ao ministro que seguiria sua sugestão e pediu que ele encaminhasse à Casa

Civil o parecer pelo veto. A divergência permaneceu. Na tarde seguinte, pouco antes de Lula formalizar sua decisão, Rui Costa convocou Lewandowski para uma nova reunião com auxiliares da ala política do governo.

Esses ministros reiteraram as dificuldades que a decisão enfrentaria no Congresso e na opinião pública. Naquele momento, segundo relatos, cobraram de Lewandowski empenho para explicar e defender publicamente o veto. Logo depois, o ministro da Justiça concedeu uma entrevista coletiva para anunciar oficialmente a decisão de Lula.

Desde então, Lewandowski levou ao Congresso argumentos a favor da manutenção do veto. Teve, por exemplo, uma conversa com o deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ). O ministro e sua equipe acreditavam que seria possível sensibilizar a bancada evangélica, cujas igrejas realizam trabalhos sociais com presidiários.

**JORNAL – O HOJE – 09.05.2024 – PÁG. 11**

### **OAB entra na Justiça para garantir direito ao aborto legal**

As ações buscam que o Judiciário também declare inconstitucionais alguns trechos da lei sancionada pelo governador Ronaldo Caiado (UB) e publicada no Diário Oficial do Estado

*Ronilma Pinheiro*

Após o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ter ajuizado a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.597 no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que institui a “Campanha de Conscientização contra o Aborto para as Mulheres no Estado de Goiás”, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás (OAB-GO) também decidiu se posicionar sobre o texto.

Durante a votação para decidir se a OAB-GO entraria com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em face da Lei Estadual 22.537/2024, que estabelece procedimentos sobre a realização de aborto legal no âmbito estadual em Goiás, o conselho reconheceu, por maioria de votos, dispositivos inconstitucionais em trechos da lei e decidiu habilitar como amicus curae -amigo da Corte - em três ações, sendo duas no STF e uma no Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO). As ações buscam que o Judiciário também declare os mesmos trechos inconstitucionais. A alegação do PSOL é de que o objetivo do texto é impedir o acesso de gestantes ao procedimento de aborto, mesmo nas hipóteses legais, desencorajando-as a obter os serviços previstos em lei, bem como “as submete à tortura mediante a visualização do exame de ultrassonografia”.





## CLIPPING

DATA

09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Segundo a sigla, a lei viola os atuais entendimentos sobre justiça reprodutiva, que impõem ao Estado o dever de garantir todas as condições necessárias para que as mulheres exerçam suas escolhas. A advogada Thaís Moraes, conselheira seccional da OAB-GO, fez declarações contundentes sobre a violação de princípios constitucionais e tratados internacionais em relação aos direitos humanos. Moraes enfatizou que certos dispositivos legais confrontam importantes pilares democráticos e humanitários. Segundo a advogada, estes dispositivos infringem princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal, tais como a dignidade humana, a cidadania, a liberdade, a proibição de tortura ou tratamentos degradantes, a saúde e o planejamento familiar das mulheres, além dos direitos sexuais e reprodutivos. Ela ressaltou que tais direitos estão incorporados tanto na legislação nacional quanto em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Entre os tratados mencionados pela advogada estão a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Moraes alertou para o desalinhamento desses dispositivos legais com as obrigações assumidas pelo Brasil perante a comunidade internacional.

Além disso, a advogada destacou que tais dispositivos confrontam diretamente a norma técnica de prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, estabelecida pelo Ministério da Saúde. As declarações da advogada da OAB Goiás ressaltam a importância do respeito aos direitos humanos e à legislação internacional, bem como a necessidade de revisão e adequação de dispositivos legais que possam violar esses princípios fundamentais.

Thaís Moraes também expressou sua preocupação com a recente legislação que, segundo ela, representa um retrocesso nos direitos das mulheres. Moraes enfatizou que, embora haja uma justificativa para a existência da lei, certos artigos inseridos violam conquistas importantes alcançadas ao longo do tempo para valorizar e proteger a vida de meninas e mulheres no País. Segundo Moraes, a análise minuciosa da legislação envolveu pareceres de três comissões diferentes da OAB: a Comissão da Mulher Advogada, a Comissão de Direito Médico e de Saúde e a Comissão de Direito Constitucional. Todos os pareceres apontaram para a flagrante inconstitucionalidade dos artigos em questão.

Diante disso, a OAB decidiu não iniciar um processo separado, pois já há três processos em tramitação relacionados ao mesmo objeto. Moraes explicou que a decisão de não iniciar um novo processo se deve ao fato de que os casos já existentes abordam a mesma causa de pedir, o mesmo objeto e um julgamento unificado seria mais produtivo. Moraes, em sua análise crítica do dispositivo legal em questão, destacou dois pontos que considera flagrantemente inconstitucionais. Segundo a advogada, esses pontos se encontram no artigo terceiro da lei, exigindo uma revisão cuidadosa para garantir a conformidade com os princípios constitucionais. O primeiro ponto abordado pela advogada refere-se ao inciso quinto do referido artigo, que prioriza a manutenção da vida do nascituro. Moraes argumenta que essa redação inverte a ordem valorativa já estabelecida em atos normativos nacionais, cuja competência é da União, tornando-a inconstitucional.

O segundo ponto diz respeito ao inciso sexto do mesmo artigo terceiro, que garante ao Estado o fornecimento de um exame a partir da terceira semana de gestação. Para Moraes, essa medida representa uma intromissão excessiva na esfera da intimidade das mulheres, que não cabe ao Estado, mesmo que de forma facultativa. Ela resalta que o sistema único de saúde tem como objetivo principal salvar vidas e amenizar sofrimentos físicos ou psíquicos, não cabendo aos juízes a atribuição de julgar condutas ou

promover proselitismo religioso. Por fim, Moraes conclui que o inciso VI é incompatível tanto com a Constituição da República quanto com a Constituição do Estado de Goiás. A lei sancionada pelo governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado (UB), publicada no Diário Oficial do Estado 24.201 de 11 de janeiro de 2024, é de autoria do ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL).

Eleito deputado em 2022 com 42,7 mil votos, Fred teve o seu mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em dezembro de 2023. Na ocasião, os sete ministros da Corte votaram, por unanimidade, pelo provimento da ação. O texto estabelece a data de 8 de agosto como o “Dia Estadual de Conscientização Contra o Aborto” e prevê a realização de palestras e seminários sobre os riscos do aborto, a prestação de assistência psicológica e social às mulheres grávidas que queiram abortar, priorizando a manutenção da vida do feto e o oferecimento à mulher de exame de ultrassom com os batimentos cardíacos do nascituro.

## JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 09.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

### Nas Entrelinhas: Solidariedade melhora avaliação de Lula no Sul

"A guerra de fake news nas redes sociais, com intuito de desgastar o petista, recrudescer em razão da pesquisa de opinião que mostra aumento da percepção positiva em relação ao governo", observa o jornalista

*Luiz Carlos Azedo*



Enquanto no país inteiro a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva e do seu governo continuam em queda, no Sul do país, região onde o ex-presidente Jair Bolsonaro foi vitorioso nas eleições, o presidente da República melhorou sua avaliação, segundo pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem. Lula tinha 25 pontos percentuais de avaliação positiva, subiu para 34 pontos, enquanto a avaliação negativa caiu de 42 para 41 pontos.

No contingente que considerava sua atuação regular, 6% de 31% avaliaram que o governo melhorou. Esse resultado é atribuído à rapidez e intensidade com Lula mobilizou os esforços da União, e não somente do governo, para atender às vítimas das chuvas do Rio Grande do Sul. Esse resultado mostrou ao governo que a solidariedade como os mais necessitados e a eficiência dos órgãos federais no socorro são capazes de reverter a imagem negativa, não somente no Sul, mas também nos demais estados. E a guerra de fake news nas redes sociais, com intuito de desgastar o governo, ontem, recrudescer em razão da pesquisa.

A crise no Rio Grande do Sul continuava liderando as postagens no X (antigo Twitter). Pela mesma razão, os ataques à jornalista da Globo News Natuza Nery, chamada de "menininha" e "miserável" pelo influenciador de extrema direita Pablo Marçal, também estavam entre os mais comentados. De igual maneira, o ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta, que está no Rio Grande do Sul coordenando as ações do governo e é gaúcho, figurava entre os mais citados na rede.



**CLIPPING**

DATA  
09.05.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
15 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

A politização da tragédia agora parece inevitável. Por causa das fake news, Pimenta pediu à Polícia Federal (PF) para investigar mentiras em redes sociais espalhadas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), pelo senador Cleitinho (Republicanos-MG) e por Marçal. O ministro da Comunicação Social alega que houve impacto dessas narrativas na credibilidade das instituições — como o Exército, Força Aérea Brasileira (FAB), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e ministérios.

Onze publicações consideradas fake news foram listadas. Eduardo Bolsonaro publicou nas redes sociais que o governo federal teria demorado quatro dias para enviar reforços à região. Mas a outra face dessa moeda é a cadeia de solidariedade e a mobilização da sociedade, que mostram um nível de coesão social que está em contradição com o que acontece nas bolhas da internet.

### **Pesquisas**

No quadro geral da pesquisa Genial/Quaest, porém, a percepção do governo segue em linha descendente. A avaliação positiva ficou em 33%, menor nível desde o início do levantamento, iniciado em fevereiro de 2023. Na edição anterior, em fevereiro deste ano, esse percentual era de 35%. Outro terço da população considera o governo ruim ou péssimo, mas esse número caiu 1%. O contingente que considera o governo regular passou de 28% para 31%. O dado mais significativo é a avaliação do rumo governo, que 49% consideram errado, enquanto 41% consideram certo.

No Sudeste, Lula enfrenta talvez o seu pior cenário, com os índices de aprovação em queda livre: era de 30% caiu para 26%. Os que avaliam negativamente o governo hoje são 39%, alta de 1%. A faixa dos que o consideram regular aumentou de 20% para 32%. Ao contrário do que ocorre no Sul, onde a atuação de Lula no socorro aos flagelados é reconhecida por uma parcela que fazia uma avaliação hostil ao governo, no Sudeste Lula não consegue melhorar sua avaliação por causa da percepção popular sobre a economia. Em dois dos quatro estados do Sudeste, ele enfrenta governadores de oposição que são potenciais candidatos a presidente: Tarcísio de Freitas (SP) e Romeu Zema (MG). No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro também é da oposição. O único governador aliado de Lula é Renato Casagrande, do Espírito Santo.

No Centro-Oeste, o governador Ronaldo Caiado (GO), com aprovação muito superior, não esconde que pretende disputar a Presidência. A avaliação positiva de Lula caiu de 33% para 30%. A negativa continua 33%. Quanto a regular, saiu de 31% para 34%. A pesquisa foi realizada entre 2 e 6 de maio e ouviu presencialmente 2.045 brasileiros de 16 anos ou mais, em todos os estados. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

A imagem do governo Lula é fruto de um choque de versões, no qual as redes sociais têm papel decisivo. Por mais que o governo mostre indicadores positivos na economia, a percepção continua negativa para 38% dos entrevistados, enquanto apenas 27% acreditam que melhorou. A inflação é a principal causa das insatisfações, principalmente os gastos com combustíveis, água, luz e alimentos. São itens básicos para a sensação de qualidade de vida da população.

Mesmo no Nordeste, seu principal reduto, Lula registrou queda na avaliação positiva, passando de 51%, em fevereiro, para 48%, em maio. O percentual de entrevistados que avaliam o governo regular também aumentou, no mesmo período — 25% para 30%. A fatia dos nordestinos que avaliavam o governo Lula como negativo passou de 23% para 21%, ainda acima do piso de 18% nas edições anteriores.



**CLIPPING**

DATA  
09.05.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
16 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 09.05.2024 – PÁG. ECONOMIA**

**Com Copom dividido, Selic vai a 10,5%**

Para analistas, o fato mais relevante da decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central foi a divergência entre os diretores indicados por Bolsonaro e os indicados por Lula. A avaliação é de que a divisão permaneça nas próximas rodadas

*Rosana Hessel*

Como esperado, o Banco Central desacelerou o ritmo de corte dos juros e reduziu, nesta quarta-feira (8), a taxa básica da economia (Selic) em 0,25 ponto percentual, para 10,50% ao ano, em uma reunião dividida entre os nove diretores do Comitê de Política Monetária (Copom). Após o comunicado apontando o fim do consenso entre a diretoria do BC, analistas veem que, nas próximas reuniões, haverá novas divergências, especialmente em relação à taxa terminal do ciclo de afrouxamento dos juros.

No terceiro encontro do Copom do ano e o primeiro após a mudança na meta fiscal no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, enviado no mês passado ao Congresso Nacional, o colegiado pôs uma pá de cal no consenso entre as alas ortodoxa (mais dura em relação ao controle da inflação) e a heterodoxa (mais leniente com a alta de preços), que vinha ocorrendo desde a troca de governo. O grupo liderado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto, e composto pelos diretores mais antigos e escolhidos pelo ex-presidente Jair Bolsonaro — Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Otávio Ribeiro Damaso e Renato Dias de Brito Gomes — optou pelo corte menor, de 0,25 ponto percentual. Já os diretores indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, liderados pelo ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, que é cotado para substituir Campos Neto no fim do ano — Ailton de Aquino Santos, Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira —, votaram pela redução de 0,50 ponto percentual.



No comunicado, o Copom reforçou a cautela no processo de afrouxamento dos juros e destacou que a conjuntura atual, “demanda serenidade e moderação na condução da política monetária”, devido ao cenário externo mais incerto e mais desafiador e com um processo desinflacionário doméstico que tende a ser mais lento, com expectativas de inflação desancoradas. O comitê apontou que “a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas”.

Apesar de não sinalizar qual seria o corte da próxima reunião, o comunicado destacou que “a extensão e a adequação de ajustes futuros na taxa de juros serão ditadas pelo firme compromisso de convergência da inflação à meta”. “Ficou claro, como esperado, a divisão entre ortodoxos versus heterodoxos, novamente, e a pressão que o governo vai fazer favorável à turma heterodoxa. Por enquanto, o Banco Central está protegido,



## CLIPPING

DATA

09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

e os juros vão cair lentamente, para 9,75% ao ano, talvez acima disso, porque a maioria ainda é ortodoxa”, destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados. Para ele, não vai haver discussão sobre a próxima decisão, “mas a próxima divisão será sobre a taxa terminal” entre as duas alas.

“Os heterodoxos vão tentar levar a Selic para números menores do que o mercado está estimando. É um sinal do que teremos pela frente. Uma decisão de presidência favorável ao Gabriel Galípolo, teremos um BC ainda mais heterodoxo com as escolhas no fim do ano e um BC problemático nos últimos dois anos do governo Lula”, alertou Vale.

### Juros reais elevados

Com esse resultado, o Brasil segue na vice-liderança do ranking de juros reais (descontada a inflação), atrás apenas da Rússia, conforme dados levantados pelo economista Jason Vieira, da MoneYou. Na avaliação de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, que esperava redução de 0,50 ponto percentual na Selic, os juros básicos do Brasil estão elevados e há espaço para corte maior. “Mas, na nossa visão, esse corte menor faz sentido. Basicamente, há expansão fiscal, o mercado de trabalho está apertado, há pressão da inflação de serviços e expectativas de inflação desancoradas. Tudo isso justifica uma cautela maior na condução da política monetária”, afirmou.

Ele contou que esperava que essa cautela começaria apenas na próxima reunião do Copom, marcada para os dias 18 e 19 de junho. Para Padovani, o ritmo de corte na próxima reunião deverá ser mantido em 0,25 ponto percentual. “O que vai entrar no debate agora é a taxa terminal. Tem muita gente achando que a Selic pode ir para mais perto 9,75%. Mas eu continuo achando que os juros reais são muito altos e tem espaço para para cortar juros. E, por isso, o próximo presidente do Banco Central vai tomar mais riscos”, acrescentou.

### Setor produtivo

Apesar das críticas à redução do ritmo do corte, entidades empresariais reconheceram a importância da cautela da autoridade monetária no processo de redução dos juros. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) consideraram a decisão “inadequada”. A Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), defendeu a continuidade do processo de redução dos juros, porém, reconheceu que isso só será possível “se o quadro fiscal estiver equilibrado e em sintonia com a política monetária”. A Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), destacou a importância de o BC continuar comprometido com a redução da Selic “no longo prazo e de forma sustentável”. “A redução na intensidade da queda de 0,5% para 0,25% mostra a preocupação do Banco Central em controlar a inflação e também é reflexo de um momento mais adverso da economia mundial, onde os Estados Unidos estão tendo que retardar o processo de queda nos juros”, completou.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 09.05.2024 – PÁG. OPINIÃO**

**Se não quer ajudar, não atrapalhe**

Além dos fatos dantescos que os órgãos de comunicação nos deram a conhecer, comentários desairosos quanto às ações desencadeadas passaram a circular nos aplicativos e grupos de notícias

*Otávio Santana Do Rêgo Barros*



A polarização ideológica que invadiu nosso país passou dos limites razoáveis para um convívio social saudável. E o meio que a intensifica são as mídias digitais. E não adianta oferecer contraponto às bizarrices que lá circulam, pois não há espaço para persuasão. Antes que qualquer diálogo, as pessoas estão convencidas da irreversibilidade de suas opiniões.

Parte da sociedade se escravizou pela liberdade das mídias digitais, juntando-se a grupos que falam a sua linguagem e cujas lideranças arregimentam os preguiçosos por pensar, pensando por eles. Nesse ambiente, essas pessoas foram sendo exponencialmente infectadas pelo vírus da incompreensão, ao ponto de se tornarem zumbis hipnotizados pelos smartphones.

Não precisamos de profunda pesquisa antropológica para medir essa tese. Sente-se em um banco de um parque, de um shopping center, de um aeroporto ou de um transporte público. Observe as pessoas que passam diante de você. Celular na mão, digitando insanamente, tropeçando aqui e acolá, ansiosas por encaminhar as mensagens recebidas sem sequer avaliá-las quanto ao mínimo de veracidade.

Por isso, é preciso afrontar prontamente o comportamento oligofrênico que alguns indivíduos assumiram ao divulgar inverdades sobre a catástrofe meteorológica que arrasou a Região Sul do país e que deixou milhares de desabrigados, centenas de mortos e devastação impossível de quantificar.

Justapostos aos fatos dantescos que os órgãos de comunicação nos deram a conhecer, comentários desairosos quanto às ações desencadeadas passaram a circular nos aplicativos e grupos de notícias. Esses "especialistas de google" têm todas as respostas para as questões climáticas e as discutem com a profundidade de uma lâmina de água. Mas não sabem diferenciar cúmulos de nimbos.

Sabem pilotar um helicóptero de última geração, fazer um arriscado fast rope e descer em áreas inundadas, ou içar pelo gancho um bebê com hipotermia que poderia vir a óbito em pouco tempo. Mas nunca entraram em um helicóptero. Conduzem o timão de um poderoso navio de guerra, reconhecem as cartas náuticas e dominam a logística de carregamento nos porões dessa belonave. Mas só viram um navio de grande porte nas telas de cinema. Decolam com aeronaves cargueiros no limite do peso, em pistas curtas e molhadas, a qualquer dia ou hora. Mas suas habilidades advêm do manejo de joysticks que comandam games em telas das TVs e no conforto de suas salas. Felizmente a realidade se impõe a essas fanfarrônicas infantis.

Diversas autoridades, em todos os Poderes e em todos os níveis da administração deixaram ao costado divergências e se uniram em propósito comum. Os órgãos de defesa civil, de segurança pública, organizações não governamentais, meios de imprensa, setores do serviço, comércio e da indústria, Forças Armadas e, principalmente, a sociedade, que sofre enquanto ajuda, venceram o pecado do egoísmo com a virtude da cooperação. Os dados disponíveis a seguir foram obtidos na quarta-feira última (8/5), junto ao Comando Conjunto Sul, estrutura montada pelo Ministério da Defesa para conduzir a Operação Taquari 2, que reúne várias agências governamentais e não governamentais:

- Estimativa de mais de 56.000 pessoas resgatadas, além de 5.200 animais;
- Apoio a 414 municípios mais severamente atingidos;
- Cerca de 17.000 militares, policiais e outros agentes envolvidos na operação;
- Cerca de 2.700 viaturas e 80 equipamentos de engenharia aplicados no terreno;
- Mais de 42 aeronaves de asa fixa e rotativa voando sobre a área de operações;
- Um navio multitarefa da Marinha do Brasil e 270 embarcações;
- Quatro hospitais de campanha desdobrados no terreno;
- Milhares de litros de água potável distribuídos para pessoas isoladas, hospitais e abrigos; e
- Centenas toneladas de refeições, mantimentos e medicamentos fornecidos.

As expectativas meteorológicas continuam preocupando. O caos social está presente no dia a dia tanto de abastados quanto de remediados. Certamente as operações ainda vão muito longe. As instituições envolvidas seguem de prontidão, cumprindo suas missões com espírito resiliente para absorver críticas e inabaláveis na vontade de apoiar física e emocionalmente todos os afetados.

Se, diante dos fatos, alguns antolhados ainda não estiverem convencidos do esforço despendido ou não quiserem ajudar, que não atrapalhem. Voltem ao celular e continuem postando mais dancinhas em seu aplicativo favorito. Os que quiserem ajudar, e sabemos que é a imensa maioria dos brasileiros, alinhem-se no esforço. Em todo país, milhares de postos de coleta estão reunindo e enviando ajuda aos desabrigados. O seu pouco será muito para quem nada mais possui.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 09.05.2024 – PÁG. A14**

### **STF tem placar de 5 X 2 para declarar a constitucionalidade da Lei das Estatais**

Legislação proíbe indicações políticas para conselhos ou diretorias de empresas públicas

*Isadora Peron*

O Supremo Tribunal Federal (STF) caminha para formar maioria e declarar a constitucionalidade da Lei das Estatais, que proíbe indicações de políticos para conselhos de administração ou diretorias de empresas públicas. O placar está 5 a 2. O julgamento vai ser retomado nesta quinta-feira (9). Quatro ministros ainda precisam se manifestar.

A decisão, no entanto, não deve afetar as nomeações





## CLIPPING

DATA

09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

realizadas no ano passado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A avaliação dos ministros é que, passado mais de um ano das indicações, a saída dos atuais gestores criaria uma instabilidade no serviço público, o que não seria desejável e poderia causar a descontinuidade das políticas públicas. Em março do ano passado, as indicações políticas foram liberadas por uma liminar do ministro aposentado Ricardo Lewandowski. O relator autorizou a nomeação de ministros de Estado e secretários para esses cargos e derrubou a quarentena de 36 meses para pessoas que participaram de campanhas eleitorais ou integraram estruturas decisórias de partidos.

Para ele, que hoje é ministro da Justiça, as proibições previstas na norma quanto às indicações políticas são inconstitucionais por representarem “discriminações desarrazoadas e desproporcionais contra aqueles que atuam, legitimamente, na esfera governamental ou partidária”. Até agora, esse entendimento foi seguido apenas pelo ministro Flávio Dino, que foi indicado por Lula para o cargo. Os demais ministros se manifestaram pela validade da Lei das Licitações. São eles: André Mendonça, Kassio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso.

Nesta quinta-feira, devem se pronunciar os ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. O ministro Cristiano Zanin, também escolhido pelo petista, não participa do julgamento, porque ele entrou no lugar de Lewandowski na Corte. Logo no início da sessão, Toffoli pediu para adiantar o seu voto e foi o primeiro a se manifestar nessa quarta-feira. Ele defendeu que a vedação de indicações políticas era legítima, mas apresentou uma posição intermediária, para que as atuais nomeações fossem mantidas.

A sugestão foi acatada pelos demais ministros que votaram pela constitucionalidade da lei. Barroso disse que, no ano passado, teria votado para derrubar a decisão monocrática de Lewandowski, mas que, neste momento, isso não fazia sentido. “Agora, passado tanto tempo, em que pessoas já estão exercendo os cargos há mais de um ano, eu acho que a gente criaria uma instabilidade indesejável, afetando o princípio da continuidade dos serviços públicos”, afirmou.

Mendonça, que já havia votado no caso em dezembro do ano passado, disse no início da sessão que não concordava com a medida sugerida por Toffoli, mas depois decidiu aderir à corrente que, ao que tudo indica, deve prevalecer. Em sua fala, o ministro voltou a elogiar a legislação e citou o fato de que as principais estatais federais registraram uma queda no lucro no ano passado. Ele disse que isso era “preocupante” e apontou uma possível relação com o fato de o governo ter escalado políticos para o comando das empresas públicas.

Já o decano Gilmar Mendes disse que não considerava adequado traçar essa relação de causalidade. Para ele, os resultados positivos alcançados desde 2017, quando a lei foi criada, têm relação com outros fatores. A Lei das Estatais foi sancionada em 2016 pelo então presidente Michel Temer (MDB) e é considerada por especialistas um avanço na governança dessas instituições. A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) foi proposta pelo PCdoB. A norma foi aprovada pelo Congresso na esteira da Operação Lava-Jato, que revelou um esquema de desvio de recursos na Petrobras, que havia sido entregue nas mãos de políticos.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 09.05.2024 – PÁG. E1**

**TIM Celular perde disputa bilionária sobre ágio na Câmara Superior do Carf**

Conselheiros mantiveram maior parte de autuação com valor atualizado de R\$ 1,068 bilhão

*Beatriz Olivon*



A 1ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) manteve a maior parte de uma autuação fiscal bilionária recebida pela TIM Celular. O valor histórico do auto é de R\$ 529 milhões - atualizado chegaria a R\$ 1,068 bilhão. Os valores foram informados em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não é possível saber o montante exato mantido pelos conselheiros.

A empresa foi autuada por operações apuradas pela fiscalização da Receita Federal em Pernambuco. O auto de infração cobra Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de multas. Refere-se, principalmente, a uma aquisição e reorganização societária realizada após os

leilões de privatização do setor de telecomunicações.

A TIM Celular foi autuada como sucessora da TIM Nordeste/Maxitel. A ação fiscal refere-se aos anos-calendário de 2005 a 2009. Entre as irregularidades apontadas pela Receita Federal está dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão do ágio da antiga Bitel, compensação indevida de prejuízos fiscal e base negativa de CSLL e dedução indevida de benefício de redução do IRPJ. No Carf, em 2018, em julgamento pelos conselheiros da 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, a TIM conseguiu derrubar 58% do valor discutido. Após recurso da empresa e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o caso foi levado à Câmara Superior do Carf - última instância do tribunal administrativo. O julgamento foi realizado no fim da tarde de ontem (processo nº 10480.721765/2011-46).

A Fazenda Nacional recorreu para reverter a decisão que derrubou a multa qualificada aplicada em razão de suposta ilegalidade na dedução de ágio do IRPJ e da CSLL e a cobrança, ao mesmo tempo, das multas isolada e qualificada. Já o recurso da TIM defendia a regularidade da amortização de ágio da incorporação, mesmo após a reorganização. A advogada da TIM no caso, Ana Luiza Martins, sócia do escritório Tauil e Chequer, afirmou na sessão de julgamento que, no contexto de privatizações de telecomunicações, a conduta adotada pela empresa foi induzida pelo governo federal para aumentar as ofertas de participantes no leilão. E que havia, acrescentou, a exigência da concentração em uma empresa veículo.

A procuradora Livia da Silva Queiroz, por sua vez, disse, em sustentação oral, que as questões regulatórias não são o ponto central desse caso, mas sim as alterações que afetaram o ágio. “Não consta que existam impedimentos regulatórios à realização de outras formas de reorganização”, afirmou. No julgamento, o relator, conselheiro Luís Henrique Marotti Toselli, da representação dos contribuintes, ficou vencido. Afirmou que o caso, no mérito, envolve a chamada “transferência de ágio”, em que o valor é repassado a

uma empresa que sofre uma cisão e volta para ser utilizado por quem o transferiu. Segundo o relator, o ágio gerado em operações de privatização é o “ágio raiz”. O pano de fundo, acrescentou, é se a subscrição do investimento anterior em que houve o pagamento do ágio contamina depois o aproveitamento e a cisão. “Entendo que essa reorganização societária não contamina o direito à dedução. O ágio é bom”, disse.

*Questões regulatórias não são o ponto central desse caso” — Livia da S. Queiroz*

O relator negou outros pedidos feitos pela empresa no recurso, mas aceitou o ponto que trata do ágio amortizado antes da reorganização. E negou todos os pedidos do recurso apresentado pela PGFN. Prevaleceu, no julgamento, o voto da conselheira Edeli Pereira Bessa, da representação da Fazenda. Para ela, a utilização de empresas intermediárias na formação do ágio impede o seu aproveitamento fiscal. Ela votou também pela manutenção da multa isolada e negou o pedido de aproveitamento de ágio antes já amortizado contabilmente. O voto da conselheira prevaleceu por qualidade - o desempate pelo voto duplo do presidente da turma, que é representante da Fazenda. Apesar da derrota para a empresa no mérito, que em geral corresponde à maior parte da autuação, foi afastada a multa qualificada e a concomitância com a multa isolada.

A aplicação do voto de qualidade afasta a incidência de multa e de juros, nos casos em que o contribuinte decidir quitar a dívida e não recorrer à Justiça. No caso, a TIM ainda pode recorrer ao Judiciário. Para a Fazenda Nacional, cabem apenas embargos de declaração (pedido de esclarecimentos) no próprio Carf. Para o advogado Caio Nader Quintella, titular da Nader Quintella Advogados e ex-vice-presidente da 1ª Seção do Carf, à primeira vista, é curioso esse resultado, pois a tese da dedutibilidade do ágio de operações com uso da empresa veículo, principalmente no ambiente das privatizações, há muito já vinha sendo favoravelmente julgado na Câmara Superior do Carf por sólida maioria.

Ele acrescenta que, de fato, esse caso tem diversas peculiaridades, como transferências de ágio e sucessão entre empresas do grupo, após a aquisição. Mas tais temas não chegaram a ser usados como fundamento nesse julgamento, resolvendo-se a questão ainda na matéria da empresa veículo. “Pelo menos, a multa qualificada foi afastada, de modo que não há em se falar de sonegação ou dolo”, diz o advogado.

## **Destaque**

### **Plano de pagamento**

A 16ª Vara Cível de Recife concedeu liminar para suspender os descontos de nove instituições financeiras credoras que comprometiam 75% da remuneração de um funcionário público superendividado. Para manter o pagamento das dívidas sem comprometer a dignidade do servidor, ficou definido que o desconto total deverá se limitar a 35% do salário líquido pelo prazo de 180 dias ou até a aprovação de um novo plano de pagamento,



que deverá ser apresentado em audiência agendada para o dia 23.

A Lei de Superendividamento, de nº 14.181 de 2021, fundamentou juridicamente a concessão da tutela na decisão do juiz Marcelo Russel Wanderley, titular da 16ª Vara Cível do Recife. “Sob a ótica da Lei nº 14.181 de 2021, o caso tem como alvo agasalhar condições mínimas de sobrevivência do consumidor e o tratamento do superendividamento através da repactuação de dívidas para com seus credores. Faz-se a repactuação, ainda sob o ditame da citada lei, por meio de elaboração de plano de pagamento a ser proposto em audiência, sendo considerado um direito básico do consumidor, desde que preenchidos alguns requisitos”, afirma. Cabe recurso (processo nº 0022685-27.2024.8.17.2001).

### **TST suspende ações sobre contribuição assistencial**

Processos discutem como o empregado não sindicalizado deve exercer seu direito de oposição ao pagamento  
*Adriana Aguiar*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou a suspensão de todas as ações trabalhistas que discutem como o empregado não sindicalizado deve exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial - que tem como finalidade ajudar os sindicatos nos processos de negociação. A medida vale até que a questão seja definida por meio de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), ainda sem data para julgamento.

Os ministros decidiram uniformizar o entendimento sobre o tema em março, após o Pleno, por maioria de votos, acolher a proposta de instauração do IRDR. Apenas no TST, há aproximadamente 2,5 mil processos sobre a questão, de acordo com levantamento da Coordenadoria de Estatística da Corte. Segundo advogados trabalhistas, o julgamento do TST será importante para estabelecer parâmetros - o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição. Hoje, afirmam, os sindicatos impõem inúmeras condições.



A decisão de suspender o andamento das ações veio do relator, ministro Caputo Bastos. Ele destacou que a discussão não se limita ao direito de oposição, já reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, “mas, sim, aos parâmetros objetivos e razoáveis para o exercício do referido direito.” De acordo com o ministro “revela-se fundamental, ainda, o sobrestamento das demandas judiciais cujo cerne da discussão trate sobre a forma do exercício do direito de oposição à cobrança da contribuição assistencial. Afinal, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas tem como um dos seus objetivos principais a garantia da uniformidade das decisões judiciais e, por consequência lógica, da segurança jurídica” (IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000).

Para Ricardo Calcini, do Calcini Advogados e professor de Direito do Trabalho da Pós-Graduação do Insper, é importante que as ações fiquem suspensas. “Isso porque o escopo do IRDR é garantir sobretudo a uniformidade das decisões judiciais e, por consequência lógica, da segurança jurídica, de sorte que a suspensão de todos os processos (coletivos e individuais) em trâmite em todas as instâncias da Justiça do



## CLIPPING

DATA

09.05.2024

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Trabalho evitará, por certo, a apresentação de eventuais soluções diversas pelos tribunais sobre a mesma questão”, diz.

Jorge Matsumoto, sócio trabalhista do Bichara Advogados, concorda. “Essa medida visa evitar resultados judiciais divergentes enquanto o IRDR está em andamento, reforçando a uniformidade e a previsibilidade no tratamento dessa questão legal.”

A discussão é fruto de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de setembro do ano passado. Os ministros admitiram, por maioria dos votos, a cobrança da contribuição assistencial, inclusive de não filiados, desde que firmada em acordo ou convenção coletiva, assegurado ao trabalhador o direito de oposição (ARE 1018459 ou Tema 935). Porém, não detalharam sobre o processo de oposição. Na época, foi uma reviravolta na jurisprudência da Corte. Para os ministros, a mudança no entendimento ocorreu porque o STF vem valorizando a negociação coletiva sobre normas legisladas, desde 2015, e essas negociações precisam ser financiadas.

O tema tinha voltado a julgamento no STF pouco depois que o governo indicou estudar a elaboração de um novo modelo de financiamento dos sindicatos. Após a decisão, os sindicatos começaram a cobrar e estabelecer suas condições para o empregado que quiser se opor. O Pleno do TST deve analisar o caso do Sindicato dos Empregados no Comércio de Passo Fundo e Região. No curso de um dissídio coletivo, foi firmado que quem fosse contra o desconto poderia se opor a ele, mediante comunicação pessoal e escrita ao sindicato no prazo de 15 dias, a contar da assinatura da convenção coletiva e sua divulgação nas redes sociais. O Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (TRT-RS) homologou o acordo.

Essa cláusula, porém, foi questionada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), com o argumento de violação da liberdade sindical individual. Segundo o MPT, as diversas condições e obstáculos impostos dificultariam e poderiam até mesmo inviabilizar o exercício do direito de oposição. Já existem pelo menos dois projetos de lei (PLs) que tratam do tema no Congresso. O PL nº 4415, de 2023, do deputado Mendonça Filho (União Brasil-PE), que diz que o empregado poderá exercer seu direito de oposição a qualquer tempo, desde a sua contratação, independentemente de justificção. E o PL nº 2099, de 2023, do senador Styvenson Valentim (Podemos/RN), que veda a exigência da contribuição sindical de membros de categorias econômicas e profissionais não sindicalizados.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 09.05.2024 – PÁG. E2**

**As vantagens de um processo de recuperação nos EUA**

A eficácia, transparência e rigor do sistema americano destacam-se como exemplos a serem seguidos

*Filipe Luis de Paula e Souza e Amanda Zarpellon Deretti*

O mecanismo da recuperação judicial, embora siga um modelo reconhecido internacionalmente tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, apresenta nuances significativas que influenciam diretamente na escolha do local de solicitação por parte do devedor. Apesar dos avanços legislativos e jurisprudenciais recentes no Brasil, os Estados Unidos ainda oferecem um ambiente mais propício e juridicamente seguro para uma reestruturação.



Isso porque a legislação americana, que regula o “reorganization” desde 1978, se revela mais madura e desenvolvida comparativamente à lei brasileira, instituída em 2005. Essa maturidade reflete na eficiência e no rigor com que os processos são conduzidos nos Estados Unidos, algo ainda em franca evolução no Brasil.

A reforma brasileira de 2020, apesar de representar um avanço, ainda busca o nível de estabilidade e confiança proporcionado pela legislação americana, reformada pela última vez em 1994. Neste caso, essa diferença de tempo e evolução legislativa confere aos Estados Unidos uma vantagem em termos de experiência e eficiência. Para além do tempo de existência de cada lei, existe um ponto central em todas as reestruturações, esse ponto é chamado de “período de blindagem”, no Brasil, e “automatic stay”, nos Estados Unidos, e é ele quem viabiliza a suspensão das cobranças e inicia uma proteção dos bens do devedor.

Esse mecanismo é extremamente importante do ponto de vista estratégico das negociações, pois funciona como um pêndulo que gera igualdade de condições entre credores de um lado e devedor de outro. Nesse período é criado um ambiente mais controlado e estável, algo essencial para qualquer projeto de reestruturação, seja no Brasil ou nos Estados Unidos.

Na legislação americana, esse período possui raras exceções e qualquer transgressão para se atingir os ativos do devedor deve ser analisada no detalhe pela “Bankruptcy Court”, o que ocorre raramente. No cenário brasileiro, por circunstâncias que envolvem atores de relevante poder econômico, a regra geral de suspensão possui uma exceção crucial, os credores fiduciários não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial. Na prática, essa pequena exceção é capaz de prejudicar a finalidade da recuperação, permitindo, por exemplo, que credores de leasing de aeronaves possam retomar os ativos, mesmo durante o período de proteção do devedor, o que não ocorre no cenário americano.

No cenário brasileiro, infelizmente, os credores que não participam do processo concursal podem tomar medidas unilaterais para recuperação de seus créditos, o que os desincentiva a participar do processo de recuperação judicial e da busca de soluções consensuais. Outro dos pontos críticos na comparação entre os



**CLIPPING**

DATA  
09.05.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
26 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

dois países é o nível de transparência e a qualidade da informação disponibilizada durante o processo. Nos Estados Unidos, o “disclosure statement”, documento contendo informações detalhadas e em linguagem clara sobre a situação financeira do devedor, exige detalhamento sobre a situação financeira, sob pena de punição.

Essa medida garante maior segurança aos credores e a todo o sistema. Em contrapartida, no Brasil, as informações exigidas são consideradas básicas e não passam pela mesma verificação. A participação dos credores no processo pode ser considerada um outro aspecto relevante. Nos Estados Unidos, é comum a apresentação de planos de recuperação por parte dos credores, competindo com o plano do devedor, enquanto no Brasil, essa possibilidade só ocorre em última instância.

No contexto de ajustes com os credores, devemos considerar que as grandes empresas brasileiras são instituições financeiras ou fundos internacionais, tornando a escolha pela jurisdição americana um facilitador para a negociação direta com esses credores, além de permitir um diálogo eficiente, considerando aspectos legais e financeiros comuns. Ademais, a legislação americana exige a demonstração de boa-fé por parte do devedor no início do processo, enquanto no Brasil, a avaliação de boa-fé fica majoritariamente a cargo dos credores em um segundo momento. Essa diferença destaca a importância da integridade e transparência no “reorganization” nos Estados Unidos.

Além disso, a percepção da recuperação judicial e seu impacto nas empresas varia substancialmente entre os dois países. No Brasil, o estigma da recuperação judicial pode afetar significativamente a operação e a reputação do devedor, enquanto nos Estados Unidos, crises e falências são vistas como parte do ciclo empresarial, com processos estruturados para permitir uma retomada mais ágil e menos onerosa. Outro ponto que estimula os devedores a optarem pelo pedido nos Estados Unidos é o fato de que, de maneira geral, as taxas de juros para financiamento tendem a ser mais baixas do que no Brasil, inclusive para empresas em recuperação judicial, algo crucial para a sobrevivência desses players.

Em contrapartida, as empresas em recuperação judicial no Brasil têm o acesso ao crédito mais restrito e caro, dado o risco percebido de inadimplência. Isso se deve a vários fatores, incluindo o ambiente econômico inserido, a estabilidade monetária e o sistema bancário e de crédito de cada país. Diante de todo esse cenário, é nítido que a eficácia, transparência e rigor do sistema americano destacam-se como exemplos a serem seguidos, enquanto o Brasil busca aprimorar seu próprio sistema para enfrentar os desafios criados pelas brechas legislativas. E é por conta dessa perspectiva que quem pode, se socorre da lei americana.

## DICAS DO DIA – SEBIB

### 7 dicas de hábitos saudáveis no ambiente de trabalho



Uma boa saúde depende de vários fatores. Alimentar-se de forma saudável, dormir bem, realizar atividades físicas regularmente, ter momentos de lazer e gerenciar o estresse são algumas práticas que todos devemos adotar para atingirmos uma boa qualidade de vida.

No trabalho também é importante adotar hábitos saudáveis, já que é onde passamos a maior parte do nosso tempo. Com simples atitudes, você pode prevenir doenças, acidentes e manter um ambiente mais positivo e produtivo.

### Veja a seguir 7 dicas de hábitos saudáveis no trabalho:

#### 1- Mexa-se o máximo possível

Procure se levantar de tempos em tempos. Receba os clientes na porta, por exemplo, e faça algumas atividades em pé, como a leitura de relatórios ou artigos. Também procure usar mais a escada do que o elevador.

#### 2- Atenção à postura adequada

As lombalgias representam uma das queixas mais comuns nos consultórios médicos, e as causas geralmente estão atreladas à má postura no dia a dia. Por isso, dê mais atenção à forma como você posiciona a sua coluna. Procure mantê-la sempre ereta, apoiando os braços e os punhos na mesa. Além disso, evite segurar o telefone com o pescoço inclinado.

#### 3- Lugar de comer é na mesa

Uma péssima mania que muitas pessoas têm é comer em frente ao computador. Evite fazer isso. Vá até o refeitório ou cozinha de sua empresa e coma com calma, mesmo que seja apenas um lanche. Preste atenção à comida e mastigue devagar.

#### 4 – Nunca pule o café da manhã antes de ir trabalhar

O café da manhã é fundamental para fornecer a energia necessária para as atividades do dia a dia. Essa refeição fornece, entre outros nutrientes, os carboidratos para que as atividades de rotina possam ser desempenhadas normalmente.



**CLIPPING**

DATA  
09.05.2024

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
28 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### **5 – Leve sua própria comida**

Uma forma de manter uma alimentação equilibrada é levar comida pronta de casa para o trabalho. Assim você tem mais controle do que come e ainda ajuda a limitar a quantidade de alimento ingerido (diferente de ir ao self-service diariamente, onde é mais fácil exagerar nas quantidades e tipos de alimentos).

### **6 – Faça pequenos lanches durante o dia**

Procure se alimentar de três em três horas, assim, o seu metabolismo funciona adequadamente o dia todo e isso irá ajudá-lo a comer menos nas refeições principais. Uma dica é manter sempre por perto barrinhas de cereais ou bolachas integrais.

### **7 – Beba bastante água**

A hidratação é importante para que o organismo mantenha as suas funções básicas e contribui para a prevenção das pedras nos rins e problemas na voz. Mantenha perto de você uma garrafinha e se desafie a enchê-la pelo menos 3 vezes durante o dia.